

# Ética e Moral: reflexões sobre o Estado moderno e o desenvolvimento socioeconômico

## Osvaldo Bastos Neto

Bacharel em Ciências Sociais, e Mestre em Sociologia, Universidade Federal da Bahia. Professor Assistente de Ciência Política da UCSal. Professor Assistente de Sociologia da Faculdade Batista Brasileira (FBB). Professor de Sociologia Criminal da Academia de Oficiais da Polícia Militar da Bahia. Professor de Sociologia Criminal de Pós-graduação do Curso de Especialização em Segurança Pública da PM/Ba CESP. Professor de Antropologia Jurídica do curso de Direito da Faculdade de Artes, Ciências e Tecnologia (FACET). E-mail: [osvaldo@fbb.br](mailto:osvaldo@fbb.br)

## Resumo

Desenvolve uma argumentação no sentido de mostrar as relações entre o debate moderno ético-moral e as noções de propriedade privada, liberdade e distribuição de riqueza. Observa também que apesar do retorno contemporâneo para estas reflexões, a estrutura e dinâmica que envolve Estado e Economia se manifesta desprovida de qualquer conteúdo ético-moral.

**Palavras-chave:** Economia. Moral e Estado. Propriedade Privada. Liberdade.

*Ethics and morality: reflections on the modern state and socio-economic development*

## Abstract

*This article aims to show the relations between the modern ethical-moral debate and the notions of private property, freedom, and distribution of wealth. It also observes that in spite of the current interest in such reflections, the structure and dynamics of the state and of economics have no ethical-moral content.*

**Key words:** Economics. Morality and the state. Private property. Freedom.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, estaremos abordando sobre o antigo problema da intervenção do Estado na dimensão socioeconômica tentando entender o contexto, nos quais foram e ainda estão sendo conduzidas reformas voltadas para um maior ou menor nível de *intervenção do Estado*.

Estaremos desenvolvendo uma argumentação voltada para o entendimento ao nível das relações concretas, do quanto nos afastamos das reflexões sobre a ética e a moral, surgidas nas origens e desenvolvimento do pensamento moderno. Desta forma, poderemos refletir também, sobre as conseqüências da ênfase na *razão* desprovida dos fundamentos ético-morais.

É nesse sentido que o papel das elites políticas e econômicas é destaque, uma vez que, tanto o Estado quanto a dimensão econômica são duas pedras angulares cujo modelo de relação determina os níveis de desenvolvimento e bem-estar de determinada população.

Os questionamentos que orientam este trabalho são vários e, infelizmente, pouco autênticos, tais como: Em que medida a discrepância de renda interna a cada país ou até quando ocorre de país para país é resultado de grupos organizados que atuam estabelecendo relações fraudulentas entre Estado e economia, tendo como resultado níveis e pobreza e calamidades insuperáveis, ou como são comumente chamados, estruturais? Qual o papel das elites na manutenção deste modelo, muitas vezes compondo o que é possível conceituar de crime organizado? Podemos afirmar que as lutas contra a pobreza vêm sendo, substituídas por políticas sistemáticas de extermínio dos pobres?

A partir destas temáticas mais amplas serão salientados aspectos específicos na busca de esclarecer o que trouxe de volta esse debate para a atualidade. O estudo da relação entre Estado e economia não é assunto novo. Entretanto, só recentemente a questão da corrupção vem ganhando projeção em novos estudos.

A contribuição deste trabalho está em fornecer uma introdução teórica à temática em questão e, além disso, fornecer elementos para o entendimento da má distribuição de riqueza no Brasil a partir da análise da relação entre Estado e sociedade no nosso meio.

Muito já se escreveu sobre o assunto, inclusive no Brasil, e sobre o Brasil, porém não está bem explicado, porque um dos maiores produtores de alimentos do mundo possui um dos maiores índices de pobreza do mundo e o segundo pior Índice de Acesso à Alimentação da América Latina e Caribe. Por que reformas e “ajustes” nunca acontecem no sentido de beneficiar a maioria da população? Por que tanta necessidade de exportar, principalmente alimentos, em meio a um mercado consumidor interno muito grande, mesmo se só levarmos em conta a parcela da população que tem alguma capacidade de consumo? Sendo assim, questionaremos alguns mitos acadêmicos, difundidos também pela mídia, que tentam justificar a manutenção do atraso brasileiro.

Na transição, entre os séculos XX e XXI, a “questão social” volta à cena com características muito próprias de um momento no qual a palavra *crise* está na ordem do dia. Nesse contexto, podemos afirmar que o mundo apresenta dois níveis de realidade, em parte antagônicas, ao mesmo tempo em que são decorrestes uma da outra. Apesar das insistentes previsões em contrário, o antagonismo entre riqueza e pobreza só fez aumentar nas últimas décadas do século XX entre países, regiões e no interior destes mesmos territórios. A concentração de riqueza foi um fenômeno antes de tudo mundial, mesmo levando em conta os

vários projetos de redução da pobreza exaltados por agências tais como: FAO, ONU-PNUD, UNICEF, Banco Mundial, BID, etc. Em parte, essa pobreza é decorrente da exploração econômica construída historicamente entre países, cada vez mais ricos, e outros, cada vez mais pobres. Outrossim, este fenômeno já não é o bastante para explicar a manutenção, até os dias atuais, do subdesenvolvimento e atraso para quase dois terços da população mundial. Outros problemas ganharam vulto e já se tornam destaque em debates estudos nacionais e internacionais.

O meio ambiente é agora a bola da vez, exatamente porque agrega os universos das diversas *carências* que afligem populações inteiras por todos os continentes. O acesso à água potável, cada vez mais complicado em várias regiões do planeta e para um número crescente de pessoas, dá o tom da questão. Enquanto o aumento da concentração de riquezas ocorre ao custo da destruição da natureza, não há porque estranhar que o agravamento das *carências* induza novos modelos de guerra, terrorismo, nacionalismo e tudo o mais que o espírito humano, em desespero, possa elaborar. As conseqüências da destruição da natureza não só, trouxeram novos problemas, mas, ao mesmo tempo, agravaram alguns já existentes, tais como a quantidade e qualidade de terras agricultáveis. Questão que na sua versão mais grave foi identificada como o fenômeno da *desertificação* de regiões antes habitáveis e cultiváveis.

É preciso notar, porém, que as origens e manutenção da pobreza estão ligadas a muitos fatores convergentes e que uma explicação do problema requer muito mais do que simplesmente reduzir tudo à exploração típica do sistema capitalista. Quando assim direcionadas, as análises mais sofisticadas, a respeito da questão da fome, chegam facilmente a alguns impasses. Talvez, o mais importante deles, seja o que podemos chamar do problema da *fome endêmica-estrutural*. Usaremos esse conceito para sinalizar aquele nível de pobreza que se mantém persistente a qualquer tipo de política pública e social.

Para o devido entendimento das populações e espaços geográficos que têm como características este tipo de problema, precisaria analisar, caso a caso, tentando encontrar ao mesmo tempo, variáveis que possam ser comuns a todos eles. O entendimento do problema não pode prescindir da observação, da configuração e dinâmica das políticas públicas, seus aspectos normativos, a dimensão institucional-organizacional e, além de tudo, a correlação de forças políticas como determinantes de projetos, que tornam as ações do Estado viáveis, inviáveis ou simplesmente insuficientes. O questionamento será então, necessariamente, direcionado também, para o jogo de interesses que pode estar por trás desta “correlação de forças” que impede que projetos e instituições cheguem a um nível bom de contentamento.

A polarização riqueza-pobreza traz um outro impasse acompanhado de um

questionamento ético-moral. Se para reduzir a pobreza é preciso aumentar a riqueza, a *fome endêmica-estrutural* não terá fim a menos que parte da riqueza nacional flua através dos mecanismos chamados de políticas públicas e sociais com *eficiência e eficácia*. Defendemos aqui a idéia de que para reduzir a pobreza não é necessário abolir a riqueza, mas muitos elementos parecem indicar que, principalmente no caso brasileiro, a aceleração da acumulação terá que necessariamente diminuir. E, desaceleração da concentração de riquezas, não é o mesmo que acelerar ou desacelerar o crescimento. Mas ainda falta algo muito importante. Como distribuir renda sem clientelismo, ou seja, como distribuir renda proporcionando emancipação socioeconômica? Como evitar que assistência se transforme em assistencialismo? Visto que a distribuição de renda é algo muito mais complexo do que aumento nominal ou mesmo real de salário, o desafio implica o retorno à idéia de planejamento e intervenção do Estado e não o seu contrário. A questão então é quando, onde e como intervir.

Outra questão importante que compõe este quadro são os fundamentos da riqueza no sistema capitalista hodierno. Não só as grandes fortunas, mas muitas outras que dão garbosidade a novos-ricos são também de origem duvidosa. Em outras palavras, muitas das grandes e pequenas fortunas espalhadas pelo mundo são de origem ilícita, no todo ou em parte.

As relações de produção, no seu momento atual, estão muito envolvidas com a economia informal-criminosa, fenômeno também próprio do sistema produtor de mercadorias. O que vem sendo chamado de *área cinzenta da economia* é exatamente o nível informal-criminoso que, em quase todos os circuitos de produção de mercadoria e serviços, já é parte integrante da divisão do trabalho. Esta *área cinzenta da economia* há muito tempo que não se restringe mais àqueles setores “informais” que são consequência das movimentações e ciclos das relações de produção, que têm elevado os níveis de desemprego.

O papel da economia informal, no Brasil, ainda está para ser entendido. E num momento em que, o assim chamado *crime organizado*, transita entre o mercado formal e informal, com muita habilidade, analisar a dinâmica das economias sem levar este fator em consideração, reduz toda e qualquer análise a um estudo parcial. Ao mesmo tempo, corrupção como vetor importantíssimo para a compreensão do fenômeno do atraso, não teve a devida atenção. Só recentemente, estudos pontuais têm dado a devida importância ao problema, principalmente no sentido de inseri-lo na dinâmica das políticas públicas e seus resultados. Tais contribuições podem nos ajudar a compreender as razões para explicar o porquê de tanto fracasso nos resultados das políticas sociais no Brasil e nos demais países subdesenvolvidos.

Todas estas questões nos remetem à análise e cruzamento de variáveis, tais como: gastos sociais nas três esferas de governo, a arquitetura institucional que determinará a qualidade das políticas públicas, e que conduz à ineficácia da aplicação de tais recursos; a estruturação do orçamento público e seus efeitos na alocação de recursos; os possíveis traços de uma cultura da corrupção; o abalo da corrupção nas reformas econômicas e políticas; as possibilidades para uma justiça equitativa e a lavagem de dinheiro, principalmente como forma de injeção de dinheiro na economia formal.

Desta forma, o ciclo da pobreza e do atraso, que se estabelece secularmente através de um modelo agrário-exportador, se apresenta sempre atrelado às transações do mercado internacional, levando nossa economia e o conjunto das relações sociais a voltar-se para fora. Estes mecanismos do subdesenvolvimento tornaram-se sofisticados, acompanhando a evolução do capitalismo, nos países periféricos. Todavia, a necessidade de exportar para manter algum equilíbrio no balanço de pagamentos induz e mantém a pobreza, uma vez que este ciclo só pode se cumprir se o acesso ao consumo for restrito para boa parte do mercado interno, gerando, forçosamente, excedentes de produção que se tornam mercadoria de exportação. Mas o excedente de produção não é o suficiente. É fundamental a restrição à renda e à propriedade privada para que este “sistema” se mantenha. Este ciclo só pode se cumprir se uma expressiva parcela da população for mantida entre os níveis de pobreza e de miséria, que juntamente com outros mecanismos regulatórios, mais explícitos, possibilita que o problema da dívida pública, tanto na sua versão interna como externa, possa ser mantido sob algum controle.

Tudo isso está atrelado ao novo mito do equilíbrio dos gastos de governo. Não há nada mais natural que num país de cultura perdulária como o nosso que também os governos gastem muito e mal. O problema é a difusão da retórica de que a salvação de todos os males que afligem, particularmente os países periféricos, está no equilíbrio dos gastos de governo. Isso tem justificado a redução de despesas para setores historicamente desassistidos, o que só tem agravado as condições de bem-estar de parcelas significativas de populações periféricas e subdesenvolvidas.

Por fim, o debate atual sobre os conceitos de liberdade, igualdade e justiça, tornou-se quase que esvaziado, restringindo-se a um grupo seleto de acadêmicos, restrito até mesmo neste ambiente. Ao mesmo tempo, a vulgarização de tal debate, em meio ao qual, o “politicamente correto” torna-se uma das faces perigosas do discurso alienante, tem reflexo e origem no meio acadêmico. Com isso, o emparelhamento de conteúdos cada vez mais semelhantes entre o discurso acadêmico e o que se acostuma chamar de *mídia*, demonstra a

pouca criatividade e disposição em refletir sobre o que Aristóteles chamou de “[...] disposição moral.”

## **POBREZA, PROPRIEDADE E CAPITALISMO: A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE.**

O surgimento da idéia de intervenção do Estado e a evolução rumo ao Estado do Bem-Estar Social está inteiramente relacionado com a própria evolução dos modelos de produção e das idéias e dogmas que vigoraram de tempos em tempos e de lugar para lugar. Já, desde um período mais remoto, entre os séculos XVIII e XIX, surgem as primeiras idéias a respeito do que viria a ser chamado de *mínimo social*. Contudo, é a inexorabilidade do processo de exclusão que se amplia e aprofunda com a formação histórica do sistema capitalista, que chama atenção para a inviabilidade das promessas de prosperidade típicas do discurso moderno. Os ajustes dos sentimentos e desejos às regras e valores do êxito social vão se transformar num novo modelo de relação de produção e manutenção da propriedade. Não por acaso, a universalização dos valores civilizatórios ocidentais vai se transformar em expansão econômica e quebra das tradições.

O discurso moderno orientando novas formas de comportamento e controle foi moldando um conjunto de relações sociais que deu origem ao sistema capitalista e ao socialista. No conjunto, havia a crença de que seria possível desenvolver um modelo de inserção e benefícios gerais. Por isso, então, desde o século XVIII, a questão da relação entre Estado e sociedade já se mostrava presente dentro de um contexto com problemáticas tipicamente modernas. Entre outras, a que mais nos interessa é a que diz respeito à *propriedade*. Ora vista como sinônimo de prosperidade e progresso humano, ora como origem de todos os males sociais e humanos o debate acerca da propriedade envolvia outra questão importante, a relação entre a moral, a riqueza e a pobreza. Todas essas temáticas já vinham caminhando desde a Idade Média, mas sempre discutidas a partir de um enfoque religioso.

A racionalidade moderna trouxe estas questões para um enfoque direcionado pela perspectiva de autonomia humana, atribuindo à sociedade o *status* de uma construção humana e, por isso mesmo, manipulável através de técnicas e teoremas científicos. É nesse contexto que está em cena uma das problemáticas mais caras à modernidade, pelo menos no que diz respeito ao debate político-jurídico, qual seja, os níveis e possibilidades de racionalidade e imparcialidade do Estado, na sua relação com a sociedade para a qual foi criado para ordenar.

Nesse momento, uma indignação estrutural já era percebida e debatida na Europa do

século XVII e XVIII, inclusive como uma ameaça à ordem social. Nesse contexto, cita Castel, 1998) tal preocupação que já existia com

[...] risco da queda de um estado em outro, a passagem de uma pobreza que não criaria problemas se permanecesse estabilizada para uma forma de privação total que pode desembocar numa explosão de violência. A maioria dos trabalhadores está situada nessa linha de fratura. Os responsáveis pela ordem pública não se inquietam mais, como sempre o fizeram, só com a proliferação do número dos que não trabalham (os vagabundos e os mendigos assistidos), mas com a precariedade da situação daqueles que trabalham. (CASTEL, 1998, p. 221).

Os observadores da época já identificavam uma tendência do aumento constante da mendicância. Começa, também, a se especular sobre a relação entre os novos modelos de organização do trabalho e o aumento da pobreza. Na nascente sociedade moderna européia e pré-industrial a pobreza e a miséria vão ganhando uma dimensão cada vez mais coletiva. Dentre os elementos que entram em cena está o aumento da vulnerabilidade das massas trabalhadoras frente às novas relações de trabalho, cada vez mais liberais.

As grandes epidemias e as guerras sempre foram maneiras eficientes de regulação da proporção entre populações e meios de sobrevivência. Se as guerras não se extinguiram, as epidemias foram ao menos controladas. Se por um lado os rumos expansionistas da industrialização capitalista já estavam tomados, os trabalhadores continuavam a procriar e a tornarem-se cada vez mais pobres, tanto pela exploração, quanto pela escassez de recursos para a alimentação. Por isso, “[...] uma pressão demográfica que não é mais auto-regulada pela morte pesa sobre o conjunto dos trabalhadores.” (CASTEL, 1998, p. 223).

A idéia que muito vigorou na Idade Média de que o pobre, por ser pobre, era um abençoado perante Deus, vai desaparecendo proporcionalmente ao aparecimento da produção mecanizada e da fábrica. A perspectiva de uma salvação individual e o conceito de liberdade passam a associar-se aos modelos de produção assim como a noção de pureza do comportamento tornou-se mais vinculada à disciplina do trabalho e do consumo. E não por acaso, a secularização das relações econômicas, sociais e políticas acarretou o que podemos chamar de uma institucionalização das desigualdades.

Podemos afirmar então: “[...] as desigualdades que se manifestam nas instituições sociais, perpetuadas através delas, têm primordialmente causas históricas e sociais em vez de

biológicas.” (MOORE Jr., 1999). Por isso,

Podemos perguntar que obstáculos os membros de uma sociedade civilizada deveriam transpor a fim de se estabelecer uma ordem social igualitária e que problemas esta ordem teria de resolver para se manter [...] Para estabelecer e manter uma sociedade igualitária seria necessário fazer três coisas. Primeiro, superar ou pelo menos neutralizar os resultados históricos da força e da fraude que criam privilégios especiais para os elementos dominantes da sociedade [...] A segunda missão seria encontrar métodos de coordenação social que não dependessem da autoridade ou das relações comando-obediência [...] O terceiro obstáculo a uma sociedade igualitária deriva da divisão do trabalho [...] A sociedade igualitária séria tem que encontrar uma forma de recrutar, treinar alocar e motivar cada uma destas diferentes espécies de trabalho sem recorrer a diferenças de remuneração, ou, na melhor das hipóteses, utilizando diferenças muito pequenas. (MOORE Jr., 1999, p. 193, 194, 195).

No século XVII, o conceito de liberdade esteve mais voltado para o nível político, porém, não no sentido político-partidário. E sim, na busca do estabelecimento do que se passou a chamar *direitos civis*. Mas é evidente que tais conquistas foram refletindo, antes de tudo, mudanças no significado do conceito de soberania e conseqüentemente nos limites do poder do Estado e suas autoridades. Nesse sentido, a liberdade política acarretaria a liberdade econômica, porque a primeira possibilitaria o desenvolvimento das habilidades individuais em meio às relações de produção.

O século XVIII não foi tão diferente. A liberdade de acesso ao trabalho teve que ser antecedida por um aprimoramento da liberdade política, ou seja, do direito a ter direitos, como assim podemos chamar.

Adam Smith é um dos melhores exemplos para ser citado, ilustrando um contexto no qual instituições medievais conviviam e às vezes se confrontavam com instituições modernas. Além disso, contrariando os princípios da liberdade moderna, a formação do capitalismo foi visivelmente acompanhada por uma apropriação do Estado por parte das classes dominantes e da pequena burguesia em ascensão.

É nessa dominação e controle socioeconômico a partir do Estado que está o problema moral da origem e manutenção das desigualdades sociais e da pobreza em Adam Smith. A partir desta problemática, Smith (1996) analisa a questão da seguinte forma:

Três são as maneiras pelas quais a política européia provoca essas desigualdades. Primeiro, limitando a concorrência, em que se tratando de alguns empregos, a um número menor de pessoas do que o número daquelas que de outra forma estariam dispostas a concorrer; segundo,

aumentando em outros empregos a concorrência, além da que ocorreria naturalmente; terceiro, criando obstáculos à livre circulação de mão-de-obra e de capital, tanto de uma profissão para outra como de um lugar para outro.

Primeiramente, a política vigente na Europa gera uma desigualdade muito ponderável no conjunto global das vantagens e desvantagens dos diversos empregos de mão-de-obra e de capital, ao restringir a concorrência, em algumas profissões, a um número menor de pessoas do que aquelas que de outra forma poderiam estar dispostas a participar dela.

Os privilégios exclusivos das corporações constituem o meio principal de que se lança mão para atingir esse objetivo [...]. O governo das câmaras municipais estava totalmente nas mãos de comerciantes e artesãos, tendo evidentemente cada categoria deles interesse em evitar que o mercado de cada tipo de mão-de-obra específica ficasse saturado, o que na realidade significava sempre mantê-lo carente de mão-de-obra. (SMITH, 1996, p. 164, 169).

Para Smith (1996), o desenvolvimento de uma nação é o resultado da convergência de fatores a começar pelo aprimoramento da habilidade e destreza dos indivíduos e a proporção entre os que produzem e os que não produzem através do trabalho. Desta forma, a divisão do trabalho poderia dar-se com mais intensidade e expansão sendo limitada apenas pela expansão e dinâmica do próprio mercado.

As diferenças entre os níveis de habilidade e destreza entre os indivíduos foram vista, por isso, como algo natural. Mais ainda, as diferenças em tais resultados são provenientes também, da história-de-vida e profissional de cada pessoa e “efeito da divisão do trabalho”. Estas diferenças, além da personalidade de cada pessoa, tinham como causas, segundo Smith (1999, p. 75) “[...] no hábito do costume”, “[...] na educação ou formação.” Smith (1999) reconhecia que há uma propensão à geração dessa diferença de talentos entre as pessoas e também percebe que a divisão do trabalho é algo fundamental à dinâmica do mercado e, até mesmo, que esta divisão de funções, complementar em certa medida as deficiências entre os homens. Diante da tendência ao intercâmbio, as pessoas poderiam adquirir bens que não podiam produzir e que suprissem as suas necessidades.

No século XVII, anterior ao tempo de Smith, J. Locke já havia elaborado no seu *Segundo Tratado de Governo* uma teoria sobre a liberdade e a propriedade privada. Esse *Tratado* iria tornar-se obra inspiradora para todo liberalismo, até pelo menos, o século XIX. De fato, A. Smith foi muito influenciado por Locke. O seu liberalismo econômico está orientado pelas concepções de liberdade e propriedade desenvolvidas no *Tratado*.

Como reflexo das preocupações de sua época, Locke, ao argumentar sobre o conceito de liberdade moderna, estava tentando antes de tudo uma saída para o problema trazido pelo Estado moderno, que vinha a ser, o limite da autoridade. O conceito moderno de liberdade

tornou-se atrelado ao de propriedade exatamente por que o primeiro estava imbuído do significado de independência. Daí, a necessidade de haver condições para o desenvolvimento da propriedade e sua manutenção. Esta seria não só testemunho do desenvolvimento humano, como também instrumento importante para a independência perante os ditames da autoridade e do Estado.

Esta problemática moderna envolvia também uma resignificação do conceito de soberania. Como estaria resguardada a liberdade e a propriedade se a soberania ainda estava associada à autoridade? Torna-se típica deste momento, marcadamente nas teorias de Locke, a argumentação em favor da soberania da lei tal é o sentido que temos hoje.

Segundo Locke:

A liberdade dos homens sob um governo consiste em viver segundo uma regra permanente, comum a todos nessa sociedade e elaborada pelo poder legítimo nela erigido [...]. Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem o direito algum além dele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriedade dele. (LOCKE, 1998, p. 403, 409).

A contribuição do pensamento liberal se estendeu para além dos temas aqui referidos. Chegou mesmo a fundamentar a origem do Estado de Direito e do que veio a ser chamado de Direitos Civis. As transformações históricas seguindo o rumo dos Direitos Naturais para os Direitos Civis trouxeram o problema da distribuição de deveres e direitos dentro da hierarquia social moderna crescentemente orientada pelos debates a respeito da relação entre a moral e a propriedade privada.

É com o liberalismo que tanto a lei natural quanto a lei civil torna-se o veio da liberdade. Mas as questões entre poder e lei ou, de outro modo, governo e direito tomou novos contornos.

A questão da distribuição de riquezas tornou-se tema de debates acirrados quanto mais deixou de lado os fundamentos morais da propriedade e da liberdade. Como bem definiu Durkheim (1999), posteriormente, no século XIX:

[...] a moral é o mínimo indispensável, o estritamente necessário, o pão sem o qual as sociedades não podem viver [...] a moral nos obriga a seguir um caminho determinado em direção a um objetivo definido – e que obrigação diz, com isso, coerção [...] o domínio ético está longe de ser tão indeterminado; ele compreende todas as regras de ação que se impõem imperativamente à conduta e a que está vinculada uma sanção [...]. A solidariedade social, porém, é um fenômeno totalmente moral, que, por si,

não se presta à observação exata, nem, sobretudo, à medida. (DURKHEIM 1999, p. 16, 18, 31).

Entretanto, a perspectiva já defendida por Adam Smith, estava longe de ser unanimidade. Muito pelo contrário, era ferrenho o debate em torno da propriedade e da sua função social, no sentido de ser ou não um mecanismo mantenedor da coesão social.

Com posição contrária aos benefícios sociais da propriedade, podemos citar Rousseau. Sabidamente, Rousseau defendia a crença da bondade original do homem, que teria sido corrompida pela evolução da sociedade civil. Para Rousseau há dois tipos fundamentais de desigualdade: a natural ou física e a moral ou política. Para este autor o processo evolutivo da sociedade civil fez aumentar a desigualdade entre os homens, tendo como questão decisiva a propriedade privada. A bondade humana estava, desta forma, corrompida pela sociedade civil e a propriedade. Daí, Rousseau (1958) mostra que existe uma relação entre desigualdade e modelo de relações sociais. Sendo assim, modelo social e a desigualdade natural entre os homens se complementam na composição de um modelo que só pode se reproduzir aumentando as diferenças entre as classes sociais. Por isso ele afirma:

[...] a desigualdade natural insensivelmente se desenvolve junto com a desigualdade de relações, e as diferenças entre os homens, desenvolvidas pelas diferenças das circunstâncias, se tornam mais sensíveis, mais permanentes em seus efeitos e, em idêntica proporção, começam a influir na sorte dos particulares. (ROUSSEAU, 1958, p. 197).

Se para muitos a propriedade privada seria sinônimo de moralidade, para outros, muito pelo contrário. A lógica em questão era mais ou menos a mesma, só que elaborada em sentidos contrários. Para ter acesso e manter a propriedade seria necessário ter disciplina, daí porque, aparece a questão da moral. Por outro lado, exatamente a busca pela propriedade e sua manutenção é que levaria à indisciplina e imoralidade. As palavras de Rousseau resumem muito bem uma das tendências do pensamento de uma época.

Por fim, a ambição devoradora, o ardor de formar uma fortuna relativa, menos por verdadeira necessidade do que para colocar-se acima dos outros, inspira a todos os homens uma negra tendência a prejudicarem-se mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa quanto, para dar seu golpe com maior segurança, freqüentemente usa a máscara da bondade; em uma palavra, há de um lado concorrência e rivalidade de outro, oposição de interesses e, de ambos, o desejo oculto de alcançar lucros a expensas de outrem. Todos esses males constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente. (ROUSSEAU, 1958, p. 198).

O avanço do industrialismo fez mudar paulatinamente a concepção sobre o trabalho e a sua função na engrenagem das relações sociais. A mudança apontada por Weber (1975) em função da filosofia de vida oriunda da reforma protestante, como este mesmo autor afirma, não se fez presente em todo lugar. Na França, por exemplo, a evolução do capitalismo manteve uma concepção pejorativa a respeito do trabalho como “[...] quinhão dos pobres”, “[...] antídoto contra a ociosidade” ou “[...] corretivo para os vícios do povo” e, apesar do reconhecimento do valor econômico do trabalho, coercitividade disciplinar e trabalho permaneceram quase sinônimos (CASTEL, 1998).

Paralelo às transformações das relações de produção e do trabalho está presente também o debate sobre a assistência aos pobres. Este debate é antigo, toma força e adquire estratégias definidas de ação, já com a Igreja, a partir da Idade Média, mas retoma seu lugar na modernidade, onde a ociosidade não é mais uma ameaça à salvação da alma e sim, ao conjunto das relações sociais e de produção.

## **POR QUE MALTHUS NÃO MORREU?**

A teoria de Malthus, elaborada no início do século XIX, durante muito tempo, foi mal interpretada, reduzida simplesmente à relação na qual, o crescimento populacional e de alimentos seriam incompatíveis. Com o aparecimento dos alimentos processados e industrializados, tentou-se jogar uma pá de cal na obra de Malthus, sem que fosse tentada uma reflexão a respeito da pobreza e da fome, na era do alimento industrializado e geneticamente modificado.

A obra de Malthus, além de ilustrar as preocupações de um contexto, chama atenção para as dificuldades de se manter coesa e estável, uma sociedade fundamentada na propriedade privada, porém, desprovida de qualquer preocupação ético-moral. Segundo o ele:

[...] estando novamente a situação dos trabalhadores regularmente satisfatória, as restrições ao povoamento são, em certa medida, afrouxadas e se repetem os mesmos movimentos, retrógrados ou progressistas, com relação à prosperidade. Este tipo de oscilação não será percebido por observadores superficiais e pode ser difícil, mesmo para as mentes mais perspicazes, precisar seus períodos [...]. Há muitas razões pelas quais, essa oscilação tenha sido menos óbvia e menos resolutamente confirmada pela existência do que naturalmente se poderia esperar. A principal razão é que os conhecimentos sobre a história da humanidade que nós possuímos são referentes às classes mais altas. (MALTHUS, 1996, p. 252, 253).

Entre “movimentos retrógrados e progressistas” a tendência predominante foi a manutenção da pobreza e da fome, uma vez que, alcançado algum nível de prosperidade a negligência abre espaço para a volta dos fatores que orientam para o retorno da pobreza e do atraso. A miséria proveniente da falta de alimento e em função do crescimento exacerbado da população seria e ainda é uma relação facilmente alcançável e visível dentro de certos contextos. Mas tudo não se restringe às leis naturais. Apesar de ter afirmado que “[...] a miséria, é uma conseqüência absolutamente necessária da lei” (MALTHUS, 1996, p. 247), muito pelo contrário, o autor está se referindo à tendência do ser humano à procriação. Por isso, então, a questão da moral perpassa toda a obra de Malthus no seu *Ensaio Sobre a População* (1798). A *questão moral* está direcionada para dois problemas inter-relacionados. Primeiro, a moral que permeia as relações sociais, uma vez fragilizada, principalmente em meio às classes trabalhadores, geraria o aumento populacional e alimentaria o ciclo entre aumento da pobreza, miséria e vícios. Segundo, a imoralidade do homem no que tange à aquisição da riqueza também contribui para a geração e manutenção da pobreza e da fome. E nesse sentido, ele afirma, “[...] embora os ricos através de desonestos conluos contribuam freqüentemente para prolongar o período de miséria ente os pobres, até agora nenhuma forma aceitável de sociedade pôde impedir a quase permanente atuação da miséria sobre uma grande parcela da população.” (MALTHUS 1996, p. 254).

Esse argumento nos remete outra vez para a questão da *fome-endêmica-estrutural*. A saída de Malthus está no controle da população para que se torne equivalente à produção de alimentos. Mas como já foi comentado antes, no século XX, o surgimento da indústria de alimentos processados parecia ter ampliado as possibilidades de resolver o problema da desproporção entre alimento e população. Porém, como o próprio Malthus já observava no início do século XIX, o problema não era somente este: produzir mais alimentos. Há algo mais, principalmente em termos de distribuição. Os *conluos desonestos entre os ricos* apontados por Malthus (1996) já indicam outras variáveis que podem explicar o problema da pobreza e da fome. Ao mesmo tempo, ele observou um declínio sensível das populações no que ele chamou de “[...] os principais estados da Europa moderna [...]” e chega à conclusão que este fenômeno é resultado do que hoje podemos chamar de um *controle de natalidade voluntário*. A partir do momento em que é possível reconhecer as dificuldades de manter uma família numerosa, evita-se assim a procriação. Contudo, de um modo geral a população com menor poder aquisitivo é a menos atenta a estas questões sobre a manutenção do lar, ao mesmo tempo em que, é neste estrato da população que ocorrem os mais altos níveis de mortalidade infantil, por falta de alimentação adequada, ligada, por sua vez, diretamente à

incapacidade destas famílias de se sustentar.

Ao prosseguir sua análise das causas da pobreza e da fome Malthus (1996) se depara com problemas, para nós, inteiramente atuais, principalmente quando falamos em pobreza e fome na América Latina e no Brasil. Leis existem, estrutura institucional também, mas não funcionam a contento. Por não ser um problema novo, já na sua época, Malthus (1996) observa que

[...] as leis dos pobres que foram instituídas na Inglaterra para remediar a freqüente miséria do povo a intensidade da miséria individual, provocam um dano geral numa escala muito maior... não obstante a enorme quantia que é anualmente arrecadada para os pobres na Inglaterra, ainda exista tanta miséria no meio deles. Alguns pesam que o dinheiro deve ter sido desviado, outros que os mordomos de igreja e os provedores dos indigentes da paróquia gastam a maior parte deles em jantares. Todos concordam que, de uma outra forma, o dinheiro deve ser muito mal administrado. (MALTHUS 1996, p. 268).

A partir desta questão, para Malthus (1996), o problema do abastecimento e da eficácia dos mecanismos de proteção à pobreza está associado à oferta e a procura de produtos que compõem a produção de um país. Aumentar os recursos financeiros para reduzir a pobreza de nada adianta, uma vez que, na condição dos limites da oferta dos produtos básicos o aumento da procura por parte dos mais pobres, com a ajuda financeira, levaria ao aumento dos preços dos produtos que, por sua vez, faria se repetir o ciclo da pobreza e da fome. Sendo assim, sempre os recursos estariam insuficientes para a resolução do problema. Por isso, ele afirma:

Creio ser verdade que não posso, mediante recursos monetários, elevar o padrão de vida do pobre e possibilitar-lhe viver melhor do que anteriormente, sem abaixar proporcionalmente o padrão de vida dos outros membros da mesma classe... se dou a ele somente dinheiro, admitindo-lhe que o produto do país permanece o mesmo, dou lhe o direito a uma parcela deste produto maior do que a do produto anterior, parcela essa que ele não pode receber sem diminuir a dos outros. (MALTHUS 1996, p. 268).

Contraditoriamente, no nosso tempo, em que a produção de alimentos mantém-se em níveis crescentes, o trabalho, enquanto principal forma de distribuição da riqueza ou diminuiu ou desvalorizou-se para muitas categorias trabalhadoras. O crescimento das economias capitalistas não foi acompanhado por uma crescente ampliação das relações de exploração do trabalho. Nas últimas três décadas do século XX, quando muitas vezes, populações inteiras permaneceram na pobreza, sem nem mesmo terem sido “exploradas”, a *questão social* volta a ser discutida em função de problemas muito semelhantes aos que Malthus encontrou na sua época.

Retomamos estes debates a respeito em busca de soluções, mas, de fato, atuamos através de estratégias de manutenção e reprodução da pobreza com retóricas de solidariedade. Neste aspecto, a questão se torna muito mais de ordem institucional, ou seja, quais as possibilidades do Estado desenvolver uma Arquitetura Institucional capaz de distribuir riquezas.

Seguindo estas idéias, o aspecto normativo pode ser tomado em certa medida como princípio da análise institucional, uma vez que, segundo Malthus (1996, p. 270), as leis dos pobres na Inglaterra tendiam a agravar a condição de vida desta camada da população: “[...] a lei cria os pobres que mantêm”. Sendo assim, as leis de proteção aos pobres eliminam o espírito de independência. O que Malthus identifica é a necessidade do acesso ao consumo acompanhado do crescimento total da riqueza de um país. Ao abordar o aspecto “institucional” nos referimos ao conteúdo estrutural do problema. Sem tais análises, a cultura da dependência permanece, sendo mesmo, reproduzida pelas próprias políticas estabelecidas para reduzi-la; fazendo-nos lembrar também, do que já havia dito Josué de Castro (1980, p. 12) “[...] um flagelo só é inevitável quando permanece um mistério.”

Ao descrever o clima, o relevo, a fauna e a vegetação quando articulados ao fenômeno da fome, ele constrói uma *Geografia da Fome*. Considerando o Nordeste brasileiro, região de poucos recursos alimentares, deste o período colonial, foi possível compreender que quando elementos econômicos e políticos são articulados pode-se entender o mistério da fome. Sendo assim,

Pelo Brasil afora se tem a idéia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade [...]. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais [...]. A luta no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta os efeitos da seca [...] Ao arcaísmo da estrutura agrária está intimamente ligado o problema do desemprego que é sem dúvida um dos fatores condicionantes da alta prevalência de fome no Nordeste. (CASTRO, 1980, p. 259, 260, 261, 262).

O século XX passou longe de ser palco das realizações cujos planos e objetivos já haviam sido traçados desde, ao menos, o século XVII. Foi mais um tempo de frustrações quanto aos resultados da idéia de progresso. Regiões de fome endêmica já demarcadas no século XIX como: Nordeste brasileiro, a maior parte do Continente africano e a Índia, não mostraram, no século XX, resultados significativos, quando levamos em consideração os avanços tecnológicos que envolvem a produção de alimentos.

## CONCLUSÃO: O LIBERALISMO REVISITADO E OS MISTÉRIOS REVELADOS

As experiências espalhadas pelo mundo, durante o século XX, possibilitaram a convicção de que o problema está nas estruturas e dinâmicas de produção e distribuição de alimentos. Já não podemos falar apenas em uma *Arquitetura Institucional*, uma vez que a estrutura e dinâmica do comércio exterior de alimentos foi, principalmente, no pós-guerra, constituída para beneficiar meia dúzia de multinacionais de alimento. O brasileiro Josué de Castro mostrou que muitos dos paradigmas usuais, estabelecidos pelas agências internacionais, muito pouco explicavam o fenômeno da fome e do subdesenvolvimento.

No Brasil, segundo relatórios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que abordam a evolução temporal da indigência e da pobreza no Brasil, em 1977 o Brasil tinha 16,8 milhões de indigentes e 40,7 milhões de pobres. Dezenove anos depois, em 1998, o número de indigentes havia aumentado para 21,4 milhões e o de pobres para 50,1 milhões de pessoas. Segundo a Organização Panamericana de Saúde (OPS), no início dos anos 90, o Brasil apresentou algo em torno de 18.000 casos de contaminação de cólera espalhados pelo país e em toda a América Latina, algo como 572.300 casos de cólera espalhados pelo Continente, no mesmo período. Um termômetro da miséria que sempre assolou o Continente. Qual é então o mistério da fome no mundo, e particularmente no Brasil?

Josué de Castro em *Geografia da Fome* apontou para questões que se tornaram verdadeiros desafios para os dias atuais, mas que, entretanto, foram repetidas trinta anos depois, nos anos 70, pelo *Relatório Clube de Roma*. A relação entre produção de alimentos, crescimento populacional e capacidade do planeta, apontada por Josué de Castro, não deveria se tornar um impasse. Muito pelo contrário, enfatizou o autor, a necessidade de se entender porque, já em meados do século XX, o mundo produzia muito mais alimento de que havia proporcionalmente em população e o *flagelo da fome* ainda assolava inclusive os países desenvolvidos. Josué de Castro julgava quase ilimitada a capacidade do planeta de produzir alimentos. Daí, porque, numa outra publicação mais recente este autor vai discordar das teorias mathusianas.

O objetivo do autor foi analisar a *fome endêmica* ou *epidêmica*, ou seja, o *fenômeno coletivo da fome* que atinge grandes massas humanas. Também, a fome parcial ou *fome oculta*, um tipo de fome que leva à morte, mas que está diretamente correlacionada e hábitos alimentares, por isso, poder falar de vários tipos de fome. Muitas vezes, apesar de haver comida, não há nutrição. Fome e subdesenvolvimento são a mesma coisa. Josué apontou para uma questão sempre atual, porém como raízes antigas. Ele mostrou o quanto à questão da

terra e sua exploração determinam o subdesenvolvimento. O modelo do latifúndio e da monocultura voltada, por sua vez, para a exportação, perpetrou-se e chega ao nosso tempo deixando um rastro de pobreza e atraso. A fome é, então, muito mais um fenômeno socioeconômico e também influenciado por fatores culturais, do que um problema meramente climático e geográfico. Nesse sentido, o autor esteve preocupado com a extensão do problema e não somente se ela é permanente ou transitória, endêmica ou epidêmica respectivamente. Além disso, o povoamento predatório, sem planejamento, contribuiu bastante para que populações inteiras tenham dificuldade em criar uma estrutura que suporte nos períodos de crise, assim como, a concentração de terra e os seus resultados, seja na agricultura ou na pecuária, resultado num regime alimentar insuficiente mesmo diante da abundância de certos alimentos.

Podemos afirmar então, que o latifúndio e outras formas de concentração de terra, no Brasil, impediram a passagem para outras formas de produção agrícola que, por sua vez, vão se refletir no desemprego e na pobreza tanto do campo quanto nas grandes cidades.

## REFERÊNCIAS

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1980.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MALTHUS, Thomas R. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MOORE Jr, B. **Aspectos morais do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Porto Alegre: Globo, 1958.
- SMITH, Adam **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

Artigo recebido em 23/02/2007 e aceito para publicação em 05/05/2007.